



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional Regularização Ambiental

PARECER ÚNICO		PROTOCOLO Nº 329492/2012	
Indexado ao(s) Processo(s)			
Licenciamento Ambiental Nº 01747/2003/003/2011		REVALIDAÇÃO LO	Deferimento
Empreendimento: JULIANA FERNANDES RÉGIS - ME			
CNPJ: 05.863.924/0001-35		Município: Patos de Minas	
Bacia Hidrográfica: Rio Paranaíba		Sub Bacia: rio Paranaíba	
Atividades objeto do licenciamento:			
Código DN 74/04	Descrição	Classe	
F – 06 – 02 – 5	LAVANDERIA INDUSTRIAL	5	
Medidas mitigadoras: (x) SIM () NÃO		Medidas compensatórias: () SIM (x) NÃO	
Condicionantes: (x) SIM () NÃO		Automonitoramento: (x) SIM () NÃO	
Responsável Técnico pelo empreendimento: Dacio José Cambraia		Registro de classe CRBio 30433/04-D	
Responsável Técnico pelos Estudos Técnicos Apresentados Dacio José Cambraia		Registro de classe CRBio 30433/04-D	
Relatório de vistoria/auto de fiscalização: 015/2011		DATA: 16/02/2011	

Data: 07/05/2012		
Equipe Interdisciplinar:	Registro de classe	Assinatura
Anderson Mendonça Sena	MASP 1.225.711-9	
Hugo França Pacheco	MASP 1.251.032-7	
Ciente: Kamila Borges Alves	MASP 1.151.726-5	
Ciente: José Roberto Venturi	MASP 1.198.078-6	



1. INTRODUÇÃO

A empreendedora **Juliana Fernandes Régis**, proprietária do empreendimento **Juliana Fernandes Régis Ltda. - ME**, localizado no município de Patos de Minas, vem por meio do presente processo, requerer a Revalidação da Licença de Operação para a atividade de lavanderia industrial.

O processo em questão foi formalizado dia 24/01/2011 junto a SUPRAM -TM/AP conforme recibo de entrega de documentos (*documento dos autos fl. 007, nº 042365/2011*), ou seja, foi apresentada toda a documentação listada no Formulário de Orientação Básica, dentre as quais se destacam a presença de Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental.

As informações aqui relatadas foram extraídas dos estudos apresentados e por constatações em vistoria realizada por equipe no dia 16/02/2011 e 25/04/2012.

2. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Localização e Acesso

O empreendimento **Juliana Fernandes Régis Ltda** está localizado na zona urbana do município de Patos de Minas/MG, na rua Urânio, bairro Jardim dos Andrades, tendo como ponto central as coordenadas geográficas 18°36' 31" de latitude Sul e 46°30' 43" de longitude Oeste.

Desenvolvimento das atividades

A atividade desenvolvida é a lavagem de peças de vestuário, principalmente camisas e calças em jeans wear, com capacidade instalada para 1.000 peças por dia. O empreendimento conta com 09 funcionários operando de segunda a sexta-feira, em horário comercial.



A energia elétrica é fornecida pela CEMIG. A água utilizada é proveniente em sua totalidade de poço tubular regularizado junto ao IGAM, tendo a rede pública utilizada somente em casos de problemas com o poço. O lixo doméstico é recolhido pela prefeitura municipal e o esgoto sanitário direcionado para fossa séptica e em seguida para a rede pública de coleta (COPASA).

Para as atividades o empreendimento possui 07 lavadoras, 02 centrífugas e quatro secadoras.

2.2. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Para suprir a demanda hídrica, o empreendimento conta com uma captação em poço tubular, com outorga deferida junto ao IGAM, conforme Portaria 03349/2009.

2.3. CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTES

1 – Informar as empresas receptoras dos resíduos de plástico, papel e papelão destinados a reciclagem, e a destinação das cinzas da caldeira, plumas coletadas do sistema de exaustão das secadoras, incluindo a licença ambiental do órgão responsável e declaração de aceite.

Condicionante cumprida. O empreendedor realiza a destinação correta de todos os seus resíduos.

2 – Implantação da contenção na área de armazenamento das matérias-primas.

Condicionante cumprida conforme constatado em vistoria.

3 – Implantação e entrada em operação do sistema de tratamento do efluente sanitário conforme projeto proposto no PCA.

Condicionante cumprida conforme verificado em vistoria.



4 – Implantação e entrada em operação do sistema de tratamento para efluentes líquidos industriais conforme projeto proposto no PCA.

Condicionante cumprida conforme verificado em vistoria.

5 – Definir a destinação adequada para o lodo gerado nas estações de tratamento de efluentes industriais e sanitários.

Condicionante cumprida. O lodo gerado é destinado ao aterro industrial de Betim/MG.

6 – Execução do Programa de Automonitoramento conforme modelo definido no Anexo II.

Condicionante cumprida. O empreendedor realizou os monitoramentos da entrada e saída da ETE e fossa séptica, resíduos sólidos e emissões atmosféricas.

2.4. IMPACTOS IDENTIFICADOS

- 1 – Retalhos
- 2 – Efluentes líquidos industriais
- 3 – Resíduo do leito de secagem
- 4 - Esgoto sanitário;
- 5 - Lixo Doméstico;
- 6 – Emissões atmosféricas



2.5. MEDIDAS MITIGADORAS

1 – Os retalhos são recolhidos por empresa licenciada ambientalmente e destinados ao aterro industrial de Betim/MG, também regularizado ambientalmente.

2 – Os efluentes líquidos industriais são atualmente destinados a uma Estação de Tratamento de Efluentes. Essa ETE realiza tratamento físico-químico do efluente e possui o seguinte fluxograma: gradeamento – 03 tanques de decantação em seqüência – 02 floculadores (adição de sulfato de alumínio, cal e polímeros). Após a floculação o produto decantado no fundo dos floculadores vai para leito de secagem. A porção superior dos floculadores é lançada na rede pública com anuência da COPASA. Foram apresentadas análises laboratoriais que demonstraram eficiência da ETE, atendendo aos parâmetros determinados pelas normas vigentes.

3 – O resíduo gerado no leito de secagem (basicamente plumas) é destinado juntamente com os retalhos para o aterro industrial em Betim/MG.

4 - A disposição dos efluentes sanitários de todo o empreendimento é realizada em fossa séptica e em seguida lançado na rede pública de esgoto, sob responsabilidade da COPASA. Foram apresentadas análises laboratoriais que demonstraram eficiência da fossa séptica, atendendo aos parâmetros determinados pelas normas vigentes.

5 – O lixo doméstico é recolhido pela prefeitura municipal e destinado ao aterro sanitário. O empreendimento realiza coleta seletiva, onde o material segregado é doado a recicladores.

6 – O empreendimento conta com uma caldeira movida a lenha exótica com capacidade para 1.200 KVPH. Possui registro de consumidor de lenha junto ao IEF. A chaminé da caldeira possui filtro tipo ciclone e é realizado o monitoramento de suas emissões anualmente, sendo que as últimas análises apresentadas mostraram-se dentro dos parâmetros legais vigentes. As cinzas são destinadas a agricultores da região para serem utilizadas como adubo.



2.6. CONTROLE PROCESSUAL

O processo encontra-se formalizado e instruído corretamente no tocante à legalidade processual, haja vista a apresentação dos documentos necessários e exigidos pela legislação ambiental em vigor, conforme enquadramento no disposto da Deliberação Normativa nº 74/2004.

O local de instalação do empreendimento e o tipo de atividade desenvolvida estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos municipais, de acordo com declaração emitida pela Prefeitura Municipal de Patos de Minas/MG.

O empreendimento enquadra-se como classe 5 e portanto deveria ter o prazo de validade da presente revalidação de 4 anos. Todavia, considerando que não possui autuação com decisão definitiva de aplicação da multa nos últimos três anos, faz jus ao benefício constante da DN COPAM nº 17/96, § 1º, que se refere ao acréscimo de mais dois anos no prazo da licença. Dessa forma, a presente licença, se aprovada, deverá ter o prazo de validade de 6 anos.

3. CONCLUSÃO

A equipe interdisciplinar de análise deste processo, do ponto de vista técnico e jurídico, opina pelo deferimento da concessão da Revalidação da Licença de Operação das atividades, com prazo de validade de **6 (anos)** anos para o empreendimento **Juliana Fernandes Régis Ltda.**, aliadas às condicionantes listadas no Anexo I, ouvida a Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Cabe esclarecer que a SUPRAM TMAP não possui responsabilidade técnica sobre os projetos dos sistemas de controle ambiental e programas de treinamento aprovados para implantação, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade de seu projetista e/ou prepostos.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente de outras licenças legalmente exigíveis.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional Regularização Ambiental

Ressalta-se ainda que as revalidações das licenças ambientais deverão ser efetuadas 90 (noventa) dias antes de seu vencimento.

Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos Anexos deste parecer único poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes.

Opina-se, ainda, que a observação acima conste do Certificado de Licenciamento Ambiental.

Data: 07/05/2012		
Equipe Interdisciplinar:	Registro de classe	Assinatura
Anderson Mendonça Sena	MASP 1.225.711-9	
Hugo França Pacheco	MASP 1.251.032-7	
Ciente: Kamila Borges Alves	MASP 1.151.726-5	
Ciente: José Roberto Venturi	MASP 1.198.078-6	



ANEXO I

Processo COPAM Nº: 01747/2003/003/2011		Classe/Porte: 5/G
Empreendimento: Juliana Fernandes Régis Ltda. - ME		
CNPJ: 05.863.924/0001-35		
Atividade: Lavanderia industrial		
Endereço: rua Urânio, 165		
Localização: bairro Jardim dos Andrades		
Município: Patos de Minas/MG		
Referência: CONDICIONANTES DA LICENÇA		VALIDADE: 6 anos
ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO*
1	Executar o Programa de Automonitoramento conforme definido pela SUPRAM-TM/AP no Anexo II.	Durante a vigência da LO

*Contados a partir do recebimento do Certificado da Licença.

Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos Anexos deste parecer único poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes.



ANEXO II

Processo COPAM Nº: 01747/2003/003/2011		Classe/Porte: 5/G
Empreendimento: Juliana Fernandes Régis Ltda. - ME		
CNPJ: 05.863.924/0001-35		
Atividade: Lavanderia industrial		
Endereço: rua Urânio, 165		
Localização: bairro Jardim dos Andrades		
Município: Patos de Minas/MG		
Referência: AUTOMONITORAMENTO		
Itens	Descrição	Periodicidade
1	Para o monitoramento da eficiência do sistema de tratamento de efluentes líquidos industriais (ETE) e da fossa séptica, deverão ser feitas análises dos efluentes na entrada e na saída dos mesmos, por laboratório credenciado à FEAM e homologado junto ao INMETRO , observando os seguintes parâmetros: DBO, DQO, sólidos suspensos, turbidez, detergente e pH.	Bimestral
2	Realizar o monitoramento das emissões atmosféricas oriundas da caldeira para o parâmetro Material Particulado. Observação: As coletas e análises deverão obedecer as normas e leis vigentes.	Anualmente
3	Apresentar relatório de destinação de todos os resíduos sólidos gerados no empreendimento, com a caracterização, volume e destinação dada a cada um.	Anualmente

Importante:



- OS PARÂMETROS E FREQUÊNCIAS ESPECIFICADAS PARA O PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO PODERÃO SOFRER ALTERAÇÕES A CRITÉRIO DA ÁREA TÉCNICA DO SUPRAM-TMAP, FACE AO DESEMPENHO APRESENTADO PELOS SISTEMAS DE TRATAMENTO DE EFLUENTES.
- A COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS ITENS DESTE PROGRAMA DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART, EMITIDA PELO(S) RESPONSÁVEL (EIS) TÉCNICO(S), DEVIDAMENTE HABILITADO(S);
- QUALQUER MUDANÇA PROMOVIDA NO EMPREENDIMENTO, QUE VENHA A ALTERAR A CONDIÇÃO ORIGINAL DO PROJETO DAS INSTALAÇÕES E CAUSAR INTERFERÊNCIA NESTE PROGRAMA DEVERÁ SER PREVIAMENTE INFORMADA E APROVADA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL.

Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos Anexos deste parecer único poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes.